

A logística para o combate: os fardamentos pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre na campanha da Tríplice Aliança (1865-1870)

Paola Natália Laux¹

Resumo

O trabalho tem por objetivo analisar a dinâmica produtiva do Arsenal de Guerra da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no período marcado pelo desenrolar da Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870). Desta forma, buscar-se-á compreender aspectos da logística empregada pela Instituição com base em um dos produtos lá manufaturados e armazenados: os fardamentos. Tendo como suporte os relatórios redigidos por Ministros do Estado dos Negócios da Guerra, o primeiro momento do artigo apresentará questões pertinentes ao contexto da disputa bélica com o Paraguai e o impacto disso nas funcionalidades do Arsenal. No segundo momento serão analisadas as correspondências trocadas entre o Diretor da Organização Militar e o Presidente da Província, com vistas a compreender como se deram e quais as formas de obtenção de fardamentos, bem como demonstrar a amplitude da estrutura logística do Arsenal nos tempos de guerra. O artigo parte da hipótese de que as necessidades geradas pelo conflito extrapolaram a capacidade produtiva do Arsenal, sendo necessária a utilização de outras estratégias para suprir as demandas do combate.

Palavras-chave: fardamentos; Arsenal de Guerra; Porto Alegre; Tríplice Aliança.

Resumen

El trabajo tiene como objetivo analizar la dinámica productiva del Arsenal de Guerra de la Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, en el período marcado por el desarrollo de la Guerra de la Triple Alianza (1865-1870). Se buscará, así, entender los aspectos de la logística empleada por la institución, sobre la base de uno de los productos fabricados y almacenados allí: los uniformes. Apoyado por los informes preparados por los ministros de estado de la guerra, la primera parte del artículo presenta temas relevantes para el contexto del conflicto militar con Paraguay y el impacto en las características del Arsenal. Después, en la segunda parte, se analizará la correspondencia entre el Director de la Organización Militar y el Presidente de la Provincia, con la finalidad de se entender las formas de obtención de los

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. cursando Bacharelado em História pela mesma instituição.

uniformes y demostrar la amplitud de la estructura logística del Arsenal en tiempos de guerra. El artículo arranca de la hipótesis de que las necesidades generadas por el conflicto fueron más allá de la capacidad productiva del Arsenal, siendo necesario el uso de otras estrategias para satisfacer las demandas del combate

Palabras clave: uniformes; Arsenal de Guerra; Porto Alegre; Triple Alianza.

Campanha da Tríplice Aliança

Ainda que tratar da Guerra da Tríplice Aliança não se apresente como foco primordial deste ensaio, tecer alguns poucos comentários sobre este tema se faz essencial. Este tema abordado com frequência em pesquisas históricas, com trabalhos argumentando motivações e consequências do conflito.

Até meados do século XX preconizava-se o simplificado argumento de que a Guerra da Tríplice Aliança era fruto do imperialismo inglês ou da megalomania de Solano López. Na obra *Maldita Guerra*, o historiador Francisco Doratioto utiliza-se de ampla pesquisa a fontes primárias para trabalhar as causas e o desenrolar do conflito com o Paraguai, deixando de lado o que ele chama de “emocionismo fácil e denúncia indignada”.²

Dentre as revisões feitas por Doratioto, está a ideia de que as causas para a guerra tem suas raízes em problemas regionais e não uma tentativa inglesa de frear o suposto desenvolvimento industrial paraguaio. Neste contexto, havia a disputa interno no Uruguai, entre os partidos *blanco*, que tinha aproximação política com o Paraguai e o partido *colorado*. Nesse mesmo período a ascensão dos liberais no Brasil e a vitória de Mitre na Argentina, fomentaram uma aproximação dos dois países.

As tensões existentes no Prata culminaram com a intervenção do Império no Uruguai contra os *blancos* até culminar, poucos mais de dois meses depois, na investida paraguaia que prendeu o navio mercante brasileiro Marquês de Olinda, que tinha a bordo o presidente da província do Mato Grosso, Carneiro Campos, em dezembro de 1964. Numa tentativa de chegar até o Uruguai e auxiliar no desenrolar da Guerra Civil, os paraguaios invadiram a província de Corrientes, na Argentina, fazendo assim, mais um inimigo.

Com a aliança Brasil-Argentina existia no que diz respeito à situação uruguiaia, mas um grande contrato de cooperação já era pensado por Mitre antes mesmo da invasão de

2 DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra – Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. Pág. 20.

Corrientes, visando uma hegemonia dos dois países sobre o Prata, tomando o lugar da histórica rivalidade entre Argentina e Brasil. A partir daí, foi necessário ao Império Brasileiro trabalhar a logística necessária para executar a guerra.

Segundo aponta o historiador Adler Castro, perto de 6% da população masculina adulta livre do país foi recrutada para a guerra e estimasse que, ao longo dos cinco anos despendidos no conflito, cerca de 130 mil homens serviram militarmente ao Brasil.³ Além de corpos, as forças brasileiras tiveram que articular formas de suprir os materiais bélicos e aqueles artigos ditos secundários, como as vestimentas dos combatentes.

De qualquer modo, o conflito travado contra o Paraguai tem nuances bastante complexas que, dadas as proporções deste texto, não serão abordadas aqui. Entretanto, é objetivo deste breve trabalho compreender os métodos encontrados pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre no contexto da Campanha da Tríplice Aliança.

O Arsenal de Guerra da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul

Para além do recrutamento militar ocorrido em função da guerra, o fornecimento e manutenção de materiais bélicos, equipamentos, roupas e outros artigos também aparece como importante subsídio para os confrontos, com isso, o papel desempenhado pelos arsenais de guerra torna-se cada vez mais essencial.

Faz-se necessário inserir o leitor acerca daquilo que estava estabelecido enquanto competência dos ditos arsenais. Sabe-se, através de menções em diversas fontes⁴, que os arsenais de guerra eram regidos por regulamento datado de 21 de fevereiro de 1832, onde foram estabelecidas as atividades dos Arsenais da Corte, do Rio de Janeiro, do Pará, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.⁵

Dentre as normas determinadas pelo regulamento estão a organização administrativa da Instituição, a relação das oficinas e a sua classificação, além de estipular as regras para admissão dos menores aprendizes e de seus pedagogos e ainda, precisa as gratificações do

3 CASTRO, Adler Homero Fonseca. *Uniformes da Guerra do Paraguai*. Rede de Memória Virtual Brasileira, Rio de Janeiro. Disponível em: <<<http://bndigital.bn.br/projetos/guerradoparaguai/artigos/Adler%20Uniformes%20da%20Guerra%20do%20Paraguai.pdf>>>. Acesso em: 20 nov 2015.

4 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo Arsenal de Guerra. Caixas 23, 24 e 25.

5 AHRs. Fundo Legislação Código 53. Coleção das Leis do Império do Brasil. Actos do Poder Executivo, 1832.

pessoal que atuava no Arsenal. O referido decreto define a necessidade de 21 oficinas, incluindo aquele na qual esta pesquisa está focada: de alfaiates.

Ainda que seja possível elucidar as funções desempenhadas pelos Arsenais através da legislação citada acima, também encontramos referências ao papel da organização militar em relatórios da Repartição dos Negócios da Guerra. Citamos como exemplo o relatório datado do ano de 1866 e tendo como base o primeiro ano do conflito bélico com o país vizinho, para ilustrar a respeito das atividades dos arsenais de guerra existentes no país. Escrito pelo então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra, Angelo Moniz da Silva Ferraz, e apresentado para a Assembleia Geral Legislativa, o documento consta que

os arsenaes de guerra preparão, guardão e conservão e fornecem o nosso importante material de guerra; o principal [Arsenal] é o da côrte: por ele se faz, por assim dizer, o fornecimento geral, e é elle que alimenta todos os demais. Ainda se regem estes estabelecimentos pelo regulamento de 21 de fevereiro de 1832.⁶

Ainda que esse relatório forneça uma ideia baseada, principalmente no Arsenal de Guerra da Corte, pode-se notar que as atividades do arsenal são de grande valor para o Exército, especialmente no período abordado aqui, pois produz e/ou armazena os mais diversos utensílios necessários às práticas militares, como armamentos, fardamentos e outros equipamentos.

Através da análise de outras fontes, pode-se notar relevância do Arsenal de Guerra da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Exemplo disso é o relatório apresentado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra, Dr. João Lustoza da Cunha Paranaguá, para a Assembleia Geral, em 1868:

Os arsenaes de guerra das provincias, nos limites das suas attribuições, vão preenchendo, como devem, as suas obrigações. [...] Os arsenaes da Bahia e Pernambuco são desnecessarios, pois quasi tudo que devem fornecer a essas provincias lhes é remettido do arsenal de guer da côrte. Supprimir, portanto, estes dous arsenaes, limitar os das provincias do Pará, Rio Grand do Sul e Mato Grosso, sómente ás proporções reclamadas pelas

6 AHRs. Fundo B-3.232. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra Angelo Moniz da Silva Ferraz. Rio de Janeiro, 1866.

necessidadesde suas localidades e das respectivas fronteiras, conservar todos os que ficarem existindo as officinas próprias ao fabrico do material de guerra propriamente dito.⁷

Se pode notar o papel importante que vinha sendo desempenhado pelo Arsenal de Porto Alegre, a partir da escrita do Ministro. Para além disso, o excerto acima aparece no relatório após Paranaguá enaltecer a importância da guerra que está sendo sustentada devido a “desafrenta da honra nacional”, se utilizando disso para sustentar a ideia de que os arsenais de guerra do país devem ser reformados e ter seus regulamentos revistos, inclusive para que os operários tenham melhores salários. A necessidade de manter os arsenais de guerra do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso podem ser pensadas aqui como uma estratégia que visa diminuir os gastos com transporte dos artigos produzidos nas instituições, deixando ativas aquelas que estão geograficamente mais próximas do *front*.

Além do espaço de que o arsenal dispunha na capital, haviam pelo menos quatro depósitos espalhados pelo estado: Rio Grande, Caçapava, São Gabriel e Bagé. Entretanto, de acordo com relatório escrito em 1865 pelo bacharel João Marcellino de Souza Gonzaga e enviado para a administração do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Visconde de Boa Vista, a grande maioria dos equipamentos contidos nos depósitos não estavam em condições de uso e menciona acerca da falta de preparo estrutural para a guerra: “*Ao governo imperial dei conhecimento deste estado de desprevenção dos depositos bellicos da provincia para os acontecimentos que me parecia ião seguir-se.*”⁸

Como está supracitado, para a realização das atividades, o arsenal contava com diversas oficinas: de construção, de coronheiros, de ferreiros e armeiros, de latoeiros, de alfaiates e de máquinas, além do pessoal carregado de trabalhos de cunho administrativo ou auxiliar, como cozinha e almoxarifado, por exemplo. Além de homens ligados ao Exército Brasileiro, também eram utilizada a mão-de-obra de negros escravizados e dos chamados menores aprendizes, que eram instruídos com as primeiras letras.

Esforço de Guerra

7 AHRS. Fundo B.2-233. Relatório apresentado a Assembleia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro, 1868.

8 Relatório com que o bacharel João Marcellino de Souza Gonzaga entregou a administração da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao illm. e exm. sr. visconde de Boa-Vista. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense, 1865. Disponível em: <<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/897/000012.html>>>. Acesso em: 12 fev 2016.

Dentre as demonstrações mais conhecidas e estudadas sobre o chamado esforço de guerra estão as questões relacionadas aos Voluntários da Pátria. Homens que, como o nome sugere, se voluntariavam para lutar pela pátria durante o conflito contra o Paraguai.

Além do recrutamento de voluntários, haviam senhores que cediam seus escravos para os serviços do Exército e aqueles reservistas que dispunham-se a trabalhar sem a cobrança de soldo ou prestando serviços médicos e odontológicos, por exemplo. Sem contar as inúmeras doações de quantias em dinheiro, serviços de transporte marítimo e terrestre, aquisição de cavalos ou a cedência de propriedades para servirem de enfermarias, armazéns, dormitórios, depósitos, entre outras funções. Ou seja, fica claro que, o voluntariado extrapolava a “força de trabalho” dos indivíduos e, os mais abastados, eram capazes de, não sem interesses, prestar grande auxílio à pátria.

Nos relatórios anuais feitos pela Repartição dos Negócios de Guerra é possível ter acesso a listagem dos donativos recebidos pelo Estado em função das necessidades urgentes da guerra. Entretanto, há uma diferença gritante entre o primeiro ano de conflito e os anos em que se segue o confronto.

Para o período que compreende janeiro de 1865 até abril de 1866, a listagem conta com mais de mil doações de indivíduos, de todos os cantos do Brasil e até mesmo do exterior. Já nos relatórios dos anos seguintes, há apenas menções de que houve doações, sem que haja uma descrição detalhada destas. Pode-se analisar este fato sugerindo que os donativos diminuíram a ponto de não ser relevante colocá-los nos relatórios seguintes. Esta hipótese está baseada nas informações contidas nos relatórios da Repartição dos Negócios de Guerra, onde se tem acesso às listas de doações recebidas pelo Estado, listas essas que tem seu volume diminuído já no segundo ano da campanha da Tríplice Aliança.

Outro importante desdobramento da Guerra do Paraguai foi a construção de um novo edifício em frente ao prédio já utilizado pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre. As obras do novo prédio, que seria utilizado como armazém, se iniciaram em meados de 1865, tiveram uma pausa por falta de recursos em finais de 1866 e, após novo orçamento e recomeço das obras, teve sua conclusão em novembro de 1867.

Os fardamentos

A partir de uma busca daquilo que era construído ou fabricado no Arsenal de Guerra

da Província e das doações para o conflito, foi possível perceber que a demanda por fardamentos era grande, gerando uma série de possibilidades para a sua aquisição.

Em relatório já referenciado outrora afirma-se que, para além da falta de espaço físico no arsenal e da pequena quantidade de alfaiates e aprendizes desse ofício, o fornecimento de matéria-prima no mercado de Porto Alegre estava desprevenido da quantidade de artigos necessários para a manufatura dos fardamentos.⁹

O Arsenal de Porto Alegre que, no ano de 1864 produzia artigos para enviar ao Arsenal de Guerra da Corte¹⁰, agora se vê tendo que buscar alternativas para suprir a crescente demanda de trabalho. A oficina de alfaiataria contava com um mestre e uma média de vinte menores aprendizes do ofício, braços insuficientes para a produção das milhares de fardas necessárias.

Para se ter uma ideia da quantidade de fardamentos fornecidos pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em relatório referente ao ano de 1867 (de primeiro de janeiro até 31 de dezembro), os números são altíssimos, como é possível observar através da transcrição dos dados contidos na fonte:

blusas de brim – 3033
ditas de panno - 3052
bonets de dito – 857
ditos redondos – 373
ditos de oleado – 480
barbicachos – 274
blusas de beata azul – 391
capas de brim branco para bonets – 107
calças de brim branco [sic] – 5083
camisas de algodão – 4961
chapéus de Braga – 2040
calças de panno - 3382
cothurnos (pares) – 2419
capotes de panno azul – 408
fardetas de brim – 146
gravatas - 1962

9 AHRS. Fundo A-7.10. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha. Porto Alegre, 1868.

10 AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 23. Ofícios remetidos ao Presidente da Província pelo Diretor do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, 1864.

luvas de algodão (pares) – 960
mantas de lã – 1326
ponches de panno – 3176
sapatos (pares) – 4447
sobrecasacas de panno – 125.¹¹

Esses são os itens que constam no relatório como tendo sido fornecidos pelo Arsenal de Guerra da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, todos com altos números, ficando evidente a enorme demanda por essas produções. Juntamente com esses dados, está uma divisão entre os destinos destes artigos: “Ao piquete do Exm. Sr. General comme das armas – ao corpo policial – A' Guarda Nacional – A' commanhia de invalidos – A' diversos officiaes – Aos depositos da provincia.”¹²

No mesmo relatório de onde foram retirados os dados acima, também é possível ter acesso ao número de indivíduos trabalhando na oficina de alfaiates. Os dados são mensais e apresentam a quantidade de um mestre e um contra-mestre, além de uma média de 19 operários. Suspeita-se que os menores aprendizes não estivessem incluídos nesses números, entretanto, como eram cerca de 100 trabalhando em todas as atividades do Arsenal, o número de pessoas executando as funções da alfaiataria não excedeu a casa dos vinte.

Levando em consideração o número de operários atuando na oficina de alfaiates e o fornecimento de fardamentos do Arsenal, fica óbvio que estes trabalhadores e as instalações do edifício não eram capazes de suprir as necessidades do Exército Brasileiro. Desse modo, outras alternativas foram utilizadas neste momento extraordinário.

O relatório escrito pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, João Lustoza da Cunha Paranguá, dirigido a Assembleia Geral, em 1868, elucida sobre o fornecimento dos fardamentos. O Ministro afirma que o abastecimento dessas espécies tem se dado por muitas formas e passa a descrevê-las

no começo da guerra seguio-se a pratica estabelecida de proceder-se em concurrencia a compra da materia prima precisa para a promptificação dos diversos supprimentos, por meio da sua manufacturação nas officinas respectivas do arsenal, onde reparti-se parte dos fardamentos pelas costureiras, a que se

11 AHRS. Fundo A-7.10. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha. Porto Alegre, 1868.

12 AHRS. Fundo A-7.10. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha. Porto Alegre, 1868.

distribuição em peças cortadas, e se pagava o feitiço pelos mesmos preços da tabella de empreitadas da officina de alfaiates do arsenal.¹³

Com base nesse excerto vemos que, além do trabalho dos alfaiates do Arsenal, haviam costureiras que executavam esses serviços a preços tabelados, recebendo os tecidos já cortados. Há outro documento que é capaz de ilustrar de forma um pouco mais clara essa prática.

Trata-se de uma ordem do Presidente da Província para o então Diretor do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, Coronel João Marcellino de Sousa Gonzaga, reiterando a ordem expedida em 04 de abril de 1865, para que fossem distribuídas costuras do Arsenal pelas cidades ou povoações que possuíssem fácil e rápida comunicação com Porto Alegre. O Presidente segue recomendando que

na distribuição destas costuras haja muito escrupulosa fiscalização para não acontecer serem monopolizados por poucas pessoas devendo ter preferenci para ellas, as viúvas e orfãos de officiaes do Exercito e da Guarda Nacional, e as famílias destes que estiverem destacadas.¹⁴

O relevante desse trecho, para além da questão de distribuição das costuras, diz respeito a sugestão de priorizar viúvas e orfãos de combatentes da guerra, muito provavelmente, para que estes pudessem prover seu sustento, complementando o soldo que os homens recebiam pelo combate.

Porém, apenas essas duas formas de obtenção de fardamentos não estava sendo capaz de atender às urgências da guerra. Exemplo disso é o que segue no relatório do Ministro Paranaguá, citado acima: “não se achando, porém, o nosso mercado nessa ocasião sufficientemente provido para satisfazer aos avultados supprimentos com a urgencia que as circumstancias reclamavão, tomou o governo o expediente de effectuar algumas encommendas para a Europa.”¹⁵

Outra forma encontrada foram os contratos através da abertura de editais. A primeira

13 AHRS. Fundo B.2-233. Relatório apresentado a Assembleia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro, 1868.

14 AHRS. Fundo A-4.07. Livro de Registro de Officios enviados pelo Presidente da Provincia. 08 de abril de 1865.

15 AHRS. Fundo B.2-233. Relatório apresentado a Assembleia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro, 1868.

menção a esta prática é de 21 de dezembro de 1964, pouquíssimos dias após o início do conflito bélico, quando se solicitou a abertura de edital pra a fatura de 4 mil blusas e 4 mil calças, entre outros diversos artigos de fardamentos.

Para ilustrar acerca dos editais, transcrevo um trecho de Ata disponível no Fundo Arsenal de Guerra, no AHRS:

aos tres dias do mez de abril de 1865, no Arsenal de Guerra em Porto Alegre, achando-se presentes os Illm^o Senhores Coronel Diretor interino do mesmo Arsenal, João Antônio Mendes Tota, Tenente Coronel Vice-Presidente Sebastião Barreto Pereira Pinto, comigo escrivão, para fim de receberem-se as propostas, para a compra dos artigos anunciados por editais d'esta Repartição datadas de 20 de março findo, e que forão consecutivamente d'aqule dia em diante publicados pellos jornaes desta Capital estando o dia de hoje designado para o recebimento das ditas propostas ao meio dia, compareceu unicamente o negociante José Augusto Gonçalves de Amorim, com sua proposta, e amostras, as quaes sendo examinadas pelo mestre da officina de alfaiates Pedro Maria Tourelles, que também estava presente, declarou elle serem todas as fazendas de superior qualidade.¹⁶

A partir desse excerto, podemos supor que os editais para obtenção de fardamentos pareciam funcionar de forma semelhante com aquilo que hoje conhecemos como licitações. Houve a sua abertura, uma oferta por parte de um negociante, juntamente com amostra dos produtos e do custo dessas manufaturas.

Para além da necessidade em números, o Ministro Paranaguá aponta outra boa razão para os contratos:

do ensaio de todos estes modos de fornecimento, e sobretudo da maior latitude dada a concurrencia, resultou uma gradual diminuição no preço desses diversos artigos, como que realizarão-se consideraveis economias neste ramo de despeza, como melhor se apreciará comparando o custo da maior parte delles no começo da guerra em 1865, com o de hoje.¹⁷

16 AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Ofício e Termo enviado ao Presidente da Província. 04 de abril de 1865.

17 AHRS. Fundo B.2-233. Relatório apresentado a Assembleia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos

Com base na documentação analisada, notou-se que haviam quatro formas para a obtenção e produção dos fardamentos: o feitiço através dos alfaiates do Arsenal de Guerra, a partir da abertura de editais em jornais de grande circulação, a distribuição de costuras para mulheres e, por último, que será abordada nesse momento, as doações.

Assim como foi mencionado em outro momento deste ensaio, o esforço de guerra foi de extrema importância para suprir as demandas da Guerra do Paraguai. Com os fardamentos não foi diferente e este artigo também aparece como bem doado com “o mais sincero patriotismo”. Na lista com mais de mil doações ocorridas por todo o Brasil durante o ano de 1865, não há menção a nenhuma doação de fardamentos, entretanto, foi possível encontrar ofícios do Arsenal de Guerra e do Presidente da Província de São Pedro aceitando e agradecendo por doações desse tipo de artigo.

De qualquer modo, ao que tudo indica, estas doações de mulheres aconteceram e foram realizadas através de atividade considerada “feminina”: a costura. Uma das doações partiu da Associação Particular de Mães Cristãs, que disponibilizaram-se a costurar 500 pares de calças ou camisas. O documento onde a oferta é feita, menciona o nome de 10 mulheres.¹⁸

A segunda doação que usamos para ilustrar é das Irmãs de Congregação do Sagrado Coração de Maria, que oferecem os serviços de suas educandas e o trabalho gratuito de suas agulhas, para “manufaturarem mensalmente o número de peças de fardamento que permitirem suas forças”, salientando que esta disponibilidade existe enquanto duraram as urgências do Exército.¹⁹

Considerações finais

Após apresentar esse breve levantamento das quatro formas utilizadas pelo Arsenal de Guerra para produzir, obter e fornecer os fardamentos para o campo de batalha fica visível que foram necessárias grandes inovações para que as necessidades da guerra pudessem ser atendidas. As doações, a distribuição de costuras, a abertura de editais e a oficina de alfaiataria foram as práticas que emergiram nas fontes contidas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, ou seja, são apenas um primeiro apanhado sobre o tema. Ainda que tenha se

Negócios de Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro, 1868.

18 AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Ofício enviado ao Presidente da Província. 15 de abril de 1865.

19 AHRS. Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24. Ofício enviado ao Presidente da Província. 10 de março de 1865.

percebido toda essa articulação do Arsenal, foi possível encontrar documentos onde se observa que, mesmo no auge das doações e fabricos, a falta de artigos para serem enviados aos combatentes. Sendo assim, a Organização Militar aqui estudada e as outras existentes durante o Império, podem ter encontrado ainda outros procedimentos para sanar as exigências do conflito.

Esta pesquisa é apenas um pequeno apanhado no que diz respeito às atividades do Arsenal de Guerra de Porto Alegre no que diz respeito aos trabalhos da alfaiataria e a produção dos fardamentos, além dos seus desdobramentos devido as exigências da Guerra do Paraguai. Desde a distribuição para as costureiras até a abertura de editais, quando analisados separadamente e de forma minuciosa, podem suscitar outras questões, como o desenvolvimento econômico de Porto Alegre e da indústria têxtil ou a inserção das mulheres no esforço de guerra, por exemplo.

Referências bibliográficas

BARROSO, Gustavo; RODRIGUES, J. Wash. *Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)*. Publicação Oficial do Ministerio da Guerra comemorativa do Centenario da Independencia do Brasil. Paris: A. Ferroud – F. Ferroud, 1922.

CASTRO, Adler Homero Fonseca. *Uniformes da Guerra do Paraguai*. Rede de Memória Virtual Brasileira, Rio de Janeiro. Disponível em: <<<http://bndigital.bn.br/projetos/guerradoparaguai/artigos/Adler%20Uniformes%20da%20Guerra%20do%20Paraguai.pdf>>>. Acesso em: 20 nov 2015.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra – Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

IZECKSOHN, Vitor. A guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial 1831-1870 – Volume II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MAESTRI, Mário. *A Guerra no Papel – História e Historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870)*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013.

SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai – Memórias e Imagens. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003.

Referências documentais

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) - Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 23.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) - Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 24.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) - Fundo Arsenal de Guerra. Caixa 25.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) - Fundo Legislação Códice 53. Coleção das Leis do Império do Brasil. Actos do Poder Executivo, 1832.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) - Fundo B-3.232. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra Angelo Moniz da Silva Ferraz. Rio de Janeiro, 1866.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) - Fundo B.2-233. Relatório apresentado a Assembleia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro, 1868.

Relatorio com que o bacharel João Marcellino de Souza Gonzaga entregou a administração da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao illm. e exm. sr. visconde de Boa-Vista. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense, 1865. Disponível em: <<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/897/000012.html>>>. Acesso em: 12 fev 2016.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) - Fundo A-07.10. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha. Porto Alegre, 1868.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) - Fundo B.2-233. Relatório apresentado a

Assembleia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro, 1868.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG) - Fundo A-04.7. Livro de Registro de Ofícios enviados pelo Presidente da Província. 08 de abril de 1865.